

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objetivo estabelecer parâmetros e especificações técnicas, com o intuito de disciplinar a contratação de assinatura da plataforma de pesquisa jurídica sobre contratações realizadas por empresas estatais com base na Lei nº 13.303/2016, denominada ZÊNITE FÁCIL ESTATAIS", na quantidade de 3 (três) acessos simultâneos, a fim de atender a Assessoria de Compras Governamentais e Assessoria Jurídica da IQUEGO, pelo período de 12 (doze) meses.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição do Informativo Zênite Fácil atende à necessidade da Administração, uma vez que tal ferramenta traz uma visão ampla e completa do processo licitatório não somente na fase de planejamento, mas, sobretudo, na fase de gestão contratual.

2.2. O referido Informativo amplia as opções de pesquisas jurídicas, especialmente em relação às unidades que demandam por informações sobre o referido tema, Assessoria de Compras Governamentais e Assessoria Jurídica, além de outros setores que eventualmente possam realizar consultas sobre informações atualizadas e relacionadas às contratações públicas, subsidiando a tomada de decisão e a elaboração de pareceres, tendo como fontes de pesquisa os conteúdos tratados na ferramenta em questão.

### 2.3. Do dever de atualização profissional:

2.3.1. O processo de contratação pública é uma realidade em constante evolução, e os problemas e as dúvidas não se esgotam, nem guardam solução na lei, exclusivamente. O agente público deve, além de garantir a eficiência da contratação, se prevenir de eventual responsabilização administrativa ou por tribunal de contas pela inobservância de deveres e obrigações.

2.3.2. A importância de capacitar, instruir e fornecer aos empregados públicos os conhecimentos e informações essenciais para desempenhar suas funções de forma adequada já foi estabelecida de forma sólida, tanto dentro das instituições públicas quanto nas decisões dos órgãos de fiscalização. Esse aspecto é particularmente inquestionável no contexto de licitações e contratos (sejam eles administrativos, regulamentados pela Lei 13.303/16, ou sujeitos aos regulamentos das Estatais, conforme aplicável), dada a grande responsabilidade destes ao realizar qualquer etapa do processo de contratação, desde o início até a conclusão.

2.3.3. O art. 39, § 2º e 7º, da Constituição Federal estimula e incentiva a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, revelando-se prática consentânea com a Administração Pública contemporânea, cujos princípios e diretrizes, voltados para o alcance da eficiência e da qualidade dos serviços públicos, estão intimamente associados com a renovação da capacidade e da produtividade de seus servidores.

2.3.4. A Revista Zênite desenvolveu a plataforma ZÊNITE FÁCIL ESTATAIS, que disponibiliza todo o acervo sobre contratações realizadas pelas empresas estatais com base na Lei nº 13.303/2016, sendo portanto, uma ferramenta indispensável de consulta para os profissionais da Assessoria de Compras Governamentais e Assessoria Jurídica da IQUEGO.

2.3.5. Nesse sentido, a contratação é valiosa ferramenta de consulta e de pesquisa na doutrina, na legislação e na jurisprudência dos Tribunais (STF, STJ, TST, TRFs, TJs etc.), bem como das Cortes de Contas (TCU e TCEs).

### 2.4. Das razões da escolha da plataforma e descrição da solução:

2.4.1. O Grupo Zênite consolidou-se como referência de qualidade em matéria de contratação pública e suporte jurídico para a Administração e desenvolveu uma ferramenta denominada ZÊNITE FÁCIL ESTATAIS, que disponibiliza todo o acervo sobre contratações realizadas pelas empresas estatais com base na Lei nº 13.303/2016.

2.4.2. A plataforma possibilita a navegação de duas formas: por meio da pesquisa de palavras e expressões ou por consulta direta à base de leis, modelos de documentos, manuais e Revista Zênite ILC.

2.4.3. Possibilita ainda a consulta por meio de anotações, feitas por sua equipe técnica, à Lei 13.303/2016 e demais leis correlatas, tais como Lei nº 14.133/2021, 8.666/1993, 10.520/2002, além dos Decretos nº 10.024/2019 e 3.555/2000 rotineiramente aplicáveis nos pareceres, possibilitando constante atualização de seu conteúdo.

2.4.4. O acesso à plataforma é feito no portal Zênite ([www.zenite.com.br](http://www.zenite.com.br)), por meio da área exclusiva, por meio de login e senha.

### 3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, uma vez que a empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A é detentora dos direitos de exclusividade de criação, produção, distribuição e comercialização do produto objeto deste Termo de Referência.

### 4. PRAZO, CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto ocorrerá por meio do fornecimento pela CONTRATADA, de login e senha referente a 3 (três) acessos simultâneos à plataforma Zênite Fácil - Estatais.

4.2. O prazo para o envio da senha e login de acesso será de até 03 (três) dias após a emissão da ordem serviço, emitida pela Assessoria de Compras Governamentais.

4.3. É possível navegar de duas formas no Zênite FÁCIL ESTATAIS: por meio de pesquisa de palavras e expressões ou pela consulta direta à base de leis, modelos de documentos e manuais.

4.4. Navegação por pesquisa: O sistema avançado de pesquisa do Zênite FÁCIL ESTATAIS além de empregar a busca fonética e considerar a data e a origem dos documentos, a ferramenta utiliza um dicionário jurídico e de sinônimos associado a um sistema exclusivo de ordenação dos resultados, ambos especialmente concebidos pela Zênite para você encontrar exatamente o que precisa. O sistema também conta com uma funcionalidade que reconhece a palavra e, automaticamente, sugere termos ou expressões a serem pesquisados. Além dos conteúdos produzidos especificamente para as estatais de acordo com o regime da Lei nº 13.303/2016, apresentados prioritariamente, o produto exibe todo o material produzido pela Zênite sobre a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 e o acervo existente sobre as Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, o Decreto nº 10.024/2019 e o RDC. Pesquisa – O campo de pesquisa da página inicial permite que a busca seja realizada por palavras ou expressões em toda a base de documentos. Resultados - Organização – Os resultados das buscas são apresentados em 9 abas: Produção Zênite, Anotações, Vídeos, Doutrina, Tribunais de Contas, Judiciário, Modelos, Manuais & Infográficos e Legislação. A palavra ou expressão pesquisada aparece destacada nos textos para auxiliar na localização da informação. - Glossário – Desenvolvido pela Equipe Técnica Zênite, e sempre aprimorado, trata-se de uma lista dos principais institutos da contratação pública com as respectivas definições. Se a palavra ou expressão pesquisada constar do glossário, a definição será exibida na primeira aba de resultados. - Ordenação – É possível classificar os resultados por: (a) relevância, conforme critérios especialmente concebidos pela Zênite; (b) data, crescente ou decrescente; e (c) período em que o conteúdo foi publicado. - Visualização – Para facilitar a identificação e a comparação dos conteúdos, foram habilitadas as opções "abrir em nova guia" ou "abrir em nova janela" do navegador. Abas de resultados - Anotações – A Lei das Estatais nº 13.303/2016 foi analisada e anotada em linguagem direta e acessível com entendimentos da Equipe Técnica Zênite, comentários práticos, doutrinas, decisões dos Tribunais de Contas e do Judiciário. Além das notas da Lei das Estatais, o produto disponibiliza notas sobre a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, bem como o acervo das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019. As anotações são revisadas e publicadas continuamente, garantindo a atualidade das informações. - Produção Zênite – Reúne os entendimentos da Equipe Técnica Zênite, externados em textos exclusivos e objetivos, especialmente construídos para resolver problemas reais, de forma fundamentada. Para aqueles que já têm familiaridade com o conteúdo Zênite, estão agrupadas nessa aba as seções Perguntas e Respostas, Orientação Prática, Síntese Temática, Dicas e Resumos de Decisões dos Tribunais de Contas e do Judiciário. - Doutrina – Reúne textos de estudiosos e profissionais que analisam, de maneira detida e fundamentada, assuntos relacionados ao processo de contratação das estatais, os quais podem ser utilizados como fundamentação para decisões. - Vídeos, aulas e podcasts: (a) mais de 500 vídeos com respostas objetivas e assertivas para esclarecer dúvidas pontuais sobre contratação pública; (b) gravações completas das Reuniões como Consultoria Zênite, exclusivas para assinantes; (c) trechos selecionados de aulas da plataforma Zênite On Line, para aprimorar seu aprendizado e auxiliar na tomada de decisões; (d) vídeos de Perguntas & Respostas, apresentando os entendimentos da Zênite; (e) gama de assuntos tratados em podcasts. - Tribunais de Contas e Jurisprudência – Apresentam acórdãos relacionados à contratação pública. A seleção de decisões passa pela curadoria da Equipe Técnica Zênite, com o objetivo de reunir os entendimentos mais importantes e paradigmáticos sobre o processo de contratação pública. - Modelos – Disponibiliza modelos de editais, contratos, termos de referência, atas de registro de preços, projetos básicos e executivos – todos produzidos por órgãos e entidades de referência, a exemplo da AGU e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O resultado mostra o título do modelo e uma ementa descritiva, com a opção de abrir ou baixar o arquivo para navegação. - Manuais & Infográficos – Reúne diversos manuais, cartilhas e listas de verificação de órgãos e entidades de referência, a exemplo do TCU, da AGU e do Ministério do Planejamento. O resultado exibe o título do modelo e uma ementa descritiva, com a opção de abrir ou baixar o arquivo para navegação. Os infográficos são elaborados pela Equipe Técnica e compõem os materiais dos nossos cursos e capacitações. - Legislação – Exibe as normas mais importantes da atualidade sobre contratação pública, todas relacionadas à pesquisa realizada. Toda a base de legislação é atualizada constantemente.

4.5. Navegação pelo conteúdo: Na página inicial da ferramenta, também é possível consultar, independentemente da realização de uma pesquisa, as seguintes bases do Zênite FÁCIL ESTATAIS: - Lei 13.303/2016 & Outras normas – Apresenta a coletânea da legislação mais importante da atualidade sobre contratação pública, em especial a Lei das Estatais nº 13.303/2016, a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, Lei nºs 8.666/1993 e 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019, que dispõem denotas especialmente elaboradas pela Zênite. As demais normas estão organizadas por assuntos, como terceirização, registros de preços, pesquisa de preços, estatais, obra e serviços de engenharia, TI etc. - Modelos – É possível consultar, baixar e salvar modelos de editais, contratos, termos de referência, atas de registro de preços, projetos básicos e executivos, tudo organizado por assunto e produzido por órgãos e entidades de referência, a exemplo da AGU e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. - Manuais & Infográficos – Reúne diversos manuais, cartilhas e listas de verificação de órgãos e entidades de referência, a exemplo do TCU, da AGU e do Ministério do Planejamento. O resultado exibe o título do modelo e uma ementa descritiva, com a opção de abrir ou baixar o arquivo para navegação. Os infográficos são elaborados pela Equipe Técnica e compõem os materiais dos nossos cursos e capacitações. - Atualizações – Relaciona os conteúdos publicados no Zênite Fácil nos últimos 30 dias.

4.6. Os conteúdos abrangem procedimentos de contratação pública regidos pela nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, Lei das Estatais nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais) e demais normas legais e infralegais federais, estaduais, distritais e municipais que tratam de licitações e contratos para compras, serviços, obras, alienação e transferência de bens públicos (concessões e permissões). Também são incluídos o regime de convênios e parcerias (conforme a Lei nº 13.019/2014) e os regulamentos de contratações de outras entidades, a exemplo do Sistema S. Não estão no escopo materiais sobre concessões de serviços públicos e obras públicas, permissões regidas pela Lei nº 8.987/1995, infraestrutura, parcerias público-privadas, ou o regime jurídico aplicável às relações entre OSCIPs e Organizações Sociais com a Administração Pública (Leis nº 9.790/1999 e nº 9.637/1998, respectivamente).

4.7. Diante das características do objeto, não haverá despesas de envio ou entrega do serviço.

### 5. PREÇO

5.1. Pela disponibilização de 03 (três) acessos simultâneos à IQUEGO pagará o valor descrito abaixo:

Item	Descrição	Quantidade de acessos	Valor total R\$
1	Zênite Fácil Estatais	03	12.546,000
<b>TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 12.546,00</b>			

### 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir a Nota de Empenho e Ordem de Serviço, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA.

6.2. Exercer a fiscalização quanto ao fornecimento do objeto.

6.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na entrega do objeto.

6.4. Disponibilizar todas as informações necessárias para o correto fornecimento dos serviços.

6.5. Atestar a Nota Fiscal por empregado/servidor competente.

6.6. Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA disponibilizará acesso online por meio de login e senha ao conteúdo da Zênite Fácil Estatais, via internet na plataforma localizada no endereço eletrônico: <https://www.zenitefacil.com.br/zeniteFacil.jsp> durante a vigência da assinatura, conforme especificado neste instrumento e na proposta comercial;

7.2. Manter a qualidade e atualização dos conteúdos oferecidos na plataforma;

7.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.4. Encaminhar a Nota Fiscal/Fatura

- 7.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
8. **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**
- 8.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, conforme disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.
9. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 9.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em PARCELA ÚNICA, no prazo de **até 30 (trinta) dias** contados do atesto e recebimento da Nota Fiscal, devendo a CONTRATADA informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura, seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento.
- 9.2. A efetivação do pagamento ficará condicionada à manutenção, por parte da Contratada, de todas as condições de habilitação exigidas, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- 9.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura por erro ou incorreções, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data da reapresentação do documento corrigido.
- 9.4. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária, creditada diretamente na conta bancária indicada pela Contratada em sua proposta comercial.
- 9.5. Serão descontados no momento do pagamento todos os tributos e encargos cuja retenção na fonte seja obrigatória, conforme a legislação fiscal vigente.
- 9.6. Os recursos para o custeio das despesas oriundas desta contratação estão assegurados através da dotação orçamentária nº XXXXXX.
10. **DO REAJUSTE**
- 10.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta.
11. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**
- 11.1. A Contratante pode aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, às empresas ou profissionais que com ela negociem e contratem, pela prática de atos ilícitos ou atos que causem ou tenham potencial de causar prejuízos à IQUEGO.
- 11.2. De acordo com a gravidade do ato praticado, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções:
- I - advertência;
- II – multa moratória;
- III - multa compensatória;
- IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a IQUEGO e suspensão e impedimento de inscrição cadastral, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- V – impedimento de Licitar e Contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no Decreto Estadual nº 10.247/2023.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Contratante.
- 11.4. A inexecução parcial ou total do contrato poderá implicar sua rescisão, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- 11.4.1. no caso de inexecução parcial, multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- 11.4.2. no caso de inexecução total, multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor do contrato;
- 11.5. As multas serão descontadas, dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 11.6. As sanções previstas nos itens 11.2 poderão ser aplicadas concomitantemente com as do item 11.4 e seus subitens.
12. **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 12.1. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados por Portaria, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato, observadas as disposições contidas no Decreto Estadual nº 10.216/2023.
- 12.2. A gestão e fiscalização será realizada pelos(as) servidores(as) XXXXXX, designados(as) pela(s) Portaria(s) nº XXXXX.
- 12.3. As atribuições do gestor(a) do contrato estão definidas no artigo 22 do Decreto Estadual nº 10.216/2023.
- 12.4. As atribuições do fiscal do contrato estão delimitadas pelos artigos 23, 24 e 25 do Decreto Estadual nº 10.216/2023.
- 12.5. A fiscalização por parte da IQUEGO não exclui e nem restringe a responsabilidade da Contratada na execução dos serviços.
13. **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709/2018 - LGPD**
- 13.1. Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.



Documento assinado eletronicamente por **HALIS HUMBERTO AFONSO SIQUEIRA, Assessor (a)**, em 26/03/2025, às 10:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **72368995** e o código CRC **D7EC4594**.



Referência: Processo nº 202500055000275

ASSESSORIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS  
Avenida Anhanguera, 12.527 – Bairro Ipiranga, CEP: 74.453-390, Goiânia – Goiás - (62) 3030-1165.



SEI 72368995